

EDITORIAL: SOCIEDADES-DO-LUCRO-ONIPOTENTE - MARGENS PARA A DISCUSSÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

João Areosa¹

¹Professor na Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE-IPS) do Instituto Politécnico de Setúbal. Pesquisador integrado no Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Universidade Nova de Lisboa

A saúde do trabalhador é um tema diversas vezes secundarizado pelo campo político e organizacional. As políticas neoliberais disseminadas por inúmeras sociedades, por vezes de forma mais ostensiva, outras vezes de modo mais sutil, deixam pouca margem para que esse assunto seja considerado central no mundo contemporâneo. Isso significa que a saúde do trabalhador está, normalmente, remetida para a periferia das preocupações que gravitam em torno do universo produtivo. Como consequência, o número de trabalhadores adoecidos permanece elevado, devido à falta de investimento neste domínio. Todavia, a saúde do trabalhador deveria ser considerada um bem inalienável e inatacável. Infelizmente, não é isso que se verifica no contexto atual.

As múltiplas inter-relações entre saúde e trabalho são inequívocas. Sabemos hoje que as atividades profissionais são um dos fatores que tanto podem contribuir positiva como negativamente para o estado de saúde dos trabalhadores (DEJOURS, 2013). No entanto, devido às alterações nas formas modernas de trabalhar, de organizar o trabalho ou mesmo fruto do contexto atual de pandemia, a degradação da saúde relacionada ao trabalho é um fator de enorme preocupação. Atualmente, a

intensificação do trabalho generalizou-se a quase todos os setores de atividade e profissões. Com o aumento da intensidade laboral aumenta também o nível de exploração. Frequentemente os trabalhadores são incentivados a um maior envolvimento com a empresa e são cobrados por resultados, metas e objetivos. Em alguns casos a pressão é tão marcante que já foi referido que “Na cabeça dos trabalhadores, o grau de exigência de resultados impõe-se como uma espada de Dâmocles” (ROSSO, 2008, p. 133).

Existem incontáveis situações em que se verifica: a degradação das condições de trabalho, o aumento do número de doenças profissionais, a precarização do emprego, a insegurança e o sofrimento patogénico (AREOSA, 2019). No âmago dessa tragédia está a incessante busca do lucro, o qual se transformou num fim em si mesmo. Atualmente vivemos em *sociedades-do-lucro-onipotente*. Sua onipotência conseguiu destruir inúmeras conquistas dos trabalhadores, realizadas ao longo de várias décadas. Essa conjuntura tem colocado as sociedades e os trabalhadores sob enorme pressão (GAULEJAC, 2007). Há um sentimento generalizado de mal-estar civilizacional, entre outros aspetos, porque as assimetrias nunca foram tão grandes como na atualidade. O medo e o desânimo dominam a mente de muitos trabalhadores. O cansaço continua, hodiernamente, tão presente como em tempos ancestrais, quando não existiam técnicas e tecnologias que teriam permitido (se usadas em prol do bem coletivo) diminuir o esforço dos trabalhadores e consequentemente levá-los a usufruir do lazer, da cultura e do bem-estar. Isso significa que as aspirações dos autores da *Escola de Frankfurt* - colocar as técnicas e as tecnologias ao serviço do Homem - ainda continuam por cumprir (MARCUSE, 1982). Há fortes indícios de que o mundo hodierno caminha a passos largos para um retorno à massificação do trabalho alienado de que falava Marx (1993). Exemplo disso é o caso dos trabalhadores uberizados, cujo labor é gerido por plataformas e algoritmos. Essa nova realidade já foi apelidada por capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017). Para esses trabalhadores o número de horas trabalhadas é levado ao extremo. Obviamente que essas longas jornadas de trabalho afetavam gravemente a saúde, a segurança e a própria vida dos trabalhadores (AREOSA, 2021).

A gestão transformou-se numa tecnologia de poder, colocada ao serviço do capital, cuja finalidade é adaptar os corpos dos trabalhadores,

por vezes de forma perversa, às exigências das organizações. A título de exemplo, podemos mencionar a existência da sociodinâmica do trabalho, cujo foco está direcionado para observar os modelos de gestão, as práticas gestionárias e as políticas empresariais, de modo a avaliar o seu potencial de ameaça à saúde dos trabalhadores. Pretende também investigar e intervir na organização do trabalho, de modo a encontrar formas menos agressivas para os trabalhadores, a partir da tentativa de destapar o véu sobre a dimensão invisível das relações de poder nas atividades laborais (ALEVATO, 2020).

É defendido por alguns que as crises são obrigatórias e representam uma espécie de “purificação” das sociedades. O estado de providência e a proteção social são vistos como pesos que são necessários reduzir. O salário mínimo é a causa do desemprego, logo, é necessário introduzir mais flexibilidade. As organizações devem ser reinventadas, através de processos de reengenharia. A legislação trabalhista deve ser cortada e consequentemente os direitos dos trabalhadores devem ser diminuídos. Esta cartilha é repetida vezes sem conta, a partir da lógica neoliberal, a qual desestabiliza o funcionamento das sociedades. Com estas políticas a saúde dos trabalhadores fica profundamente comprometida (SENNETT, 2001; GAULEJAC, 2007; ANTUNES, 2018; MENDES, 2018).

A desumanização provocada pelo trabalho é secular, mas as novas formas de precarização estão originando uma verdadeira sociedade dos descartáveis. O desemprego se tornou estrutural e presenciamos todos os dias uma dessociabilização crescente dentro do universo produtivo (AREOSA, 2018). A flexibilização do trabalho reproduz diversas “forças destrutivas” para a vida dos trabalhadores, pois, entre outros aspetos, quebra os laços sociais, a entreatajuda e a coesão social. Por vezes, incompatibiliza os ritmos biológicos naturais com os ritmos laborais (trabalho noturno, turnos rotativos ou longas jornadas de trabalho) e isso transformou nossa organização social em uma espécie de sociedade-patológica. As empresas flexíveis promovem uma ideologia de excelência organizacional, a qual suga e esvazia os trabalhadores e exclui os menos adaptados. Esta prática já foi anteriormente designada como *neurose da excelência* (FRANCO *et al.*, 2010). Por conta da pandemia e com o aumento do teletrabalho houve uma diluição entre tempo de trabalho e tempo de *não-trabalho*. Por outras palavras, foi o próprio tempo de

descanso dos trabalhadores o grande alvo da flexibilização, favorecendo em larga medida as organizações (AREOSA & QUEIRÓS, 2020).

As atuais técnicas de gestão colocam as sociedades numa espécie de luta de todos contra todos! A cooperação cede lugar à concorrência. A solidariedade e a interajuda estão cada vez mais frágeis. As múltiplas pressões exercidas sobre as áreas de produção das organizações invadem constantemente todos os patamares e dimensões das empresas. Deste modo, podemos afirmar que as empresas hodiernas são sistemas “socio-psíquicos” de dominação que transformam compulsivamente as energias dos trabalhadores em força de trabalho. Atualmente, o poder gestor promove o individualismo, naturaliza a violência do capitalismo, busca “cegamente” o lucro, enfraquece os laços nos coletivos de trabalho e incentiva a des-sindicalização (GAULEJAC, 2007). Toda essa conjuntura degrada a saúde física e mental dos trabalhadores, sem dar margem para a sua discussão. Porém, o debate sobre a saúde do trabalhador deve deixar de ser um tema de importância periférica para passar a ser uma discussão central nas sociedades contemporâneas, tendo como principal meta a eliminação das *sociedades-do-lucro-onipotente*.

Referências

ALEVATO, H. Sociodinâmica do trabalho e saúde mental. In: Schmidt, M. L. G. (Org.). **Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho**: principais conceitos e terminologias. São Paulo: FiloCzar, 2020. p. 406-409.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

AREOSA, J. O trabalho como palco do sofrimento. **International Journal on Working Conditions**, n.15, 2018. p. 81-95.

AREOSA, J. O mundo do trabalho em (re)análise: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. **Laboreal**, v.15, n.2, 2019. p. 1-24.

AREOSA, J. & QUEIRÓS, C. Burnout: uma patologia social reconfigurada na era COVID-19? **International Journal on Working Conditions**, n. 20, 2020. p. 71-90.

AREOSA, J. O meu chefe é um algoritmo - Reflexões preliminares sobre a uberização do trabalho. **Revista Segurança Comportamental**, n. 14, 2021. p. 51-56.

- DEJOURS, C. A sublimação, entre o sofrimento e prazer no trabalho. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, v.33, n.2, 2013. p.9-28.
- FRANCO, T., DRUCK, G. & SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 122, 2010. p. 229-248.
- GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.
- MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. O Homem Unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- MARX, K. **Manuscritos económico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MENDES, A. M. **Desejar, Falar, Trabalhar**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- ROSSO, S. **Mais trabalho**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SENNETT, R. **A corrosão do carácter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Lisboa: Terramar, 2001.
- SRNICEK, N. **Platform capitalism**. . Cambridge: Polity Press, 2017.